
AVALIAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO DA DISCIPLINA "SEMINÁRIO" – MÉTODOS E TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO, ESTUDO REALIZADO NO CURSO DE DESPORTO DA UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

AUTOR

Francisco Gonçalves¹
Ágata Aranha²

¹ Licenciado e Doutorando em Educação Física e Desporto pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

² Professora Associada do Departamento de Desporto, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

AVALIAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO DA DISCIPLINA "SEMINÁRIO" – MÉTODOS E TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO, ESTUDO REALIZADO NO CURSO DE DESPORTO DA UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
4(4): 91-100

PALAVRAS-CHAVE

avaliação; orientadores; alunos; desempenho; ensino.

KEYWORDS

evaluation; orientactors; students; performance; teach.

RESUMO

Com o presente estudo pretendia-se verificar que tipo de avaliação, os professores orientadores de monografias do curso de Educação Física e Desporto da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, realizam com vista à avaliação dos discentes da mesma instituição para a disciplina de seminário. As informações foram recolhidas através do preenchimento de um questionário elaborado para o efeito, os quais foram tratados realizando-se uma análise estatística descritiva e de conteúdo. Dos resultados obtidos, foi verificado que os orientadores realizam uma avaliação normativa entre os alunos que orientam (66,7%), mas por outro lado, poucos orientadores comparam os resultados dos seus alunos com os dos outros orientadores (72,2%). Em relação à avaliação criterial, todos os orientadores (100%) comparam os resultados obtidos pelos seus alunos com critérios estabelecidos no início do trabalho. A avaliação mista (normativa e criterial) é realizada por 61,1% dos orientadores.

A maioria dos orientadores (72,2%) realiza uma avaliação sumativa, enquanto que somente 16,7% dos orientadores realizam uma avaliação somativa.

Por último, 66,7% dos orientadores entendem que os cursos via ensino deveriam valorizar mais a formação na área da avaliação. Desta percentagem, 25% dos orientadores entendem que não há cadeiras que ensinam directamente a avaliar.

ABSTRACT

The central theme of this study is to verify what sort of evaluation the orientactors teachers of the physical education and sport's of monographs of the University of Trás-os-Montes e Alto Douro base their judgement when evaluating (trainee) students of this institution for the subject of seminar.

To obtain the information, an anonymous and confidential questionnaire was made for the project. The results were statistically treated by descriptive statistics analyse and content analyse.

The obtained results certified that there are orientactors which realise a normative evaluation among the students who have been orientated by them (66,7%), but on the other hand very few orientactors compare the results of their students with the others orientactors students (72,2%). In relation to the criterion of evaluation, all the orientactors (100%) compare the results obtain by their students with criterions established at the beginning of their work. The mystic evaluation (normative and criterion) is realizes by 61,1% of the orientactors.

Most of these orientactors (72,2%) realise sumative evaluation, while only 16,7% of the orientactors realise a somative evaluation.

Finally 66,7% of the orientactors believe that all the teaching courses should give higher value to the formation in the area of evaluation. Of this percentage, 25% of the orientactors believe that there are no subjects that actually teach how to evaluate.

INTRODUÇÃO

Em termos globais, a avaliação tem vindo, progressivamente, a ocupar um espaço cada vez mais importante em todos os domínios da actividade humana, nas mais diferenciadas áreas como o domínio educacional, empresarial, financeiro, artístico, etc... Como é natural, para este trabalho de investigação, apenas foi abordada a problemática da avaliação no âmbito educativo. O tema da avaliação está, actualmente a ser muito e, cada vez mais falado. No entanto, deve-se ter em linha de conta perguntas importantes, como: a quem avaliar? O que avaliar? Como avaliar? Porquê avaliar? Com que resultados?... São perguntas complexas, mas que se devem colocar quando se fala de sistema educativo, mais especificamente, no âmbito das actividades físicas.

O objectivo do estudo foi o de verificar que tipo de avaliação, os professores orientadores de monografias do curso de Educação Física e Desporto da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, realizam com vista à avaliação dos discentes da mesma instituição para a disciplina de seminário. Pretendia-se ainda verificar que objectivos, parâmetros ou critérios de êxito são utilizados na avaliação dos mesmos alunos, assim como verificar como se processa a sua classificação. As respostas foram absolutamente confidenciais e os dados destinaram-se exclusivamente a permitir o tratamento estatístico da informação.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

“A avaliação refere-se à recolha de informações necessárias para um (mais) correcto desempenho.

É um regulador por excelência de todo o processo ensino-aprendizagem. É a consciência do próprio sistema educativo.”³

A avaliação formativa acompanha todo o processo ensino-aprendizagem, identificando aprendizagens bem sucedidas e as que levantam dificuldades, para que se possam ultrapassar as últimas levando os alunos à proficiência e ao sucesso¹¹.

A avaliação formativa deve ser a principal modalidade de avaliação, consistindo no acompanhamento permanente da natureza e qualidade da aprendizagem de cada aluno, orientando a intervenção do professor de modo a dar-lhe a possibilidade de tomar as decisões adequadas às capacidades e necessidades dos alunos. Além disso, fornece aos alunos elementos que reforçam, corrigem e incentivam a aprendizagem, aumentando-lhe a eficácia, pois pretende-se que quem aprende tome parte activa no seu processo de aprendizagem⁸.

A avaliação sumativa não se deve somente esgotar num juízo sobre algo ou alguém mas, que, por sua vez, deverá ser entendida como um meio para se conhecer mais sobre uma determinada realidade, numa perspectiva de se aperfeiçoarem processos futuros. A avaliação sumativa deve ainda ter em conta os objectivos gerais, ou seja, os objectivos terminais de integração que, uma vez atingidos, certificam o progresso do aluno¹⁴.

Como já foi referenciado anteriormente, a função formativa da avaliação desempenha um papel fundamental na regulação do ensino, mas não responde à questão «porquê avaliar?». A esta, há autores que tentam responder, afirmando serem quatro os objectivos essenciais da avaliação⁶:

- Aperfeiçoar as decisões relativas à aprendizagem de cada aluno;
- Informar o aluno e os pais sobre a progressão;
- Conceder os certificados necessários ao aluno e sociedade;
- Aperfeiçoar a qualidade do ensino em geral.

Tradicionalmente, a avaliação tinha como padrão de referência a norma – normativa – o que acontece quando os desempenhos dos alunos são comparados entre si por relação a uma norma, sendo a avaliação orientada por um conjunto de regras comuns. As avaliações propostas deviam reflectir as diferenças entre os alunos¹⁴.

A avaliação de referência a uma norma é a que descreve a execução do aluno em termos da posição relativa que alcança em relação ao grupo. Por outro lado, a avaliação por referência a um critério – criterial – verifica-se quando se descreve a execução do aluno num campo específico de tarefas essenciais do ensino, avaliando-se em função de objectivos previamente formulados¹⁴.

A avaliação é normativa se situa o indivíduo num grupo particular e compara os seus resultados com os resultados desse grupo. Julgam também, que a avaliação é criterial se é comparado o estado do indivíduo relativamente a um critério pré-estabelecido¹⁴.

Há uma distinção entre avaliação e classificação¹¹. A primeira corresponde à análise das aprendizagens conseguidas face às planeadas, traduzindo-se numa descrição que informa os professores e alunos sobre os objectivos atingidos e aqueles onde se levantam dificuldades. Por outro lado a classificação transporta para uma escala de valores a informação proveniente

da avaliação, permitindo comparar e seriar resultados servindo de base a decisões relativas à promoção ou não dos alunos no sistema escolar^{9,11}.

Acerca das competências dos professores, a maior questão prende-se com a capacidade de avaliar a aquisição da competência profissional por parte dos formandos¹⁰. Existem então dois grandes «calcanhares de Aquiles»:

- a) O problema de avaliar com rigor os desempenhos competentes do professor e, uma vez aceite a possibilidade da sua avaliação;
- b) O problema da sua validação enquanto actuações com efeitos positivos na aprendizagem dos alunos.

Pode-se dizer que algumas mudanças estão a ser efectuadas, reforçando a função formativa da avaliação, a importância de retenção por parte dos alunos, o reforço do papel dos alunos e professores assim como a articulação entre o sistema de avaliação dos alunos e a avaliação do sistema de ensino.

“(…) A avaliação prende-se com a estratégia de ensino, na medida em que dela depende, em grande parte, a eficácia do ensino, especialmente no que se refere à implantação das opções materializadas no plano de actividades. Por outro lado, são-lhe conferidas duas funções: a de regulação e a de classificação.”³

METODOLOGIA

Caracterização da Amostra

No que concerne à caracterização da amostra considerada para a elaboração do presente estudo, esta constituiu-se pelos 18 docen-

tes orientadores de monografias do curso de Educação Física e Desporto da UTAD, no ano lectivo de 2003/2004. Pretendia-se conhecer qual o modo como realizam a avaliação dos seus discentes na disciplina de seminário. Foi-lhes apresentado um questionário elaborado para o efeito, referente à parte da revisão bibliográfica com o intuito de tirar conclusões para alcançar os objectivos propostos. Na aplicação dos questionários, embora tivesse sido tentado, o retorno não foi de 100%. Assim, dos 21 orientadores de monografias existentes na Universidade, 18 responderam ao questionário proposto, ou seja, obteve-se um retorno de 85,7%.

Instrumentos

O questionário, elaborado para o efeito, foi constituído por 18 perguntas, das quais 16 eram de resposta fechada (escolha múltipla) e as 2 restantes de resposta aberta (respostas de desenvolvimento). De salientar que algumas perguntas, tinham mais do que uma alínea, pois pretendia-se obter informações mais aprofundadas acerca do capítulo respeitante a esta pergunta. O questionário foi elaborado a partir da pesquisa bibliográfica realizada.

Estatística

Para o tratamento do resultados realizou-se uma análise estatística descritiva e de conteúdo, comparando os resultados obtidos com as conclusões da bibliografia pesquisada. Assim, para as primeiras 16 perguntas do questionário (perguntas fechadas) realizou-se uma estatística descritiva, enquanto que para as duas últimas perguntas (perguntas abertas) se realizou uma análise estatística de conteúdo.

Hipóteses a serem testadas

De acordo com a revisão bibliográfica, colocam-se as seguintes hipóteses:

H₁₁ - Existem diferenças no tipo de avaliação que os orientadores realizam em relação aos seus colegas docentes.

H₁₂ - Os orientadores realizam preferencialmente a avaliação do tipo criterial.

H₁₃ - Os orientadores realizam uma avaliação contínua.

H₁₄ - Os orientadores realizam uma avaliação formativa.

Problema

No presente trabalho, o objecto de avaliação é constituído pelos orientadores que estão a orientar monografias do curso de Educação Física e Desporto da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com vista à avaliação dos discentes da mesma instituição para a disciplina de seminário, incidindo esta avaliação em parâmetros, sendo realizada segundo critérios que quantificam ou qualificam esses parâmetros permitindo obter informações para a avaliação do objecto.

Porquê?

Este objectivo pareceu pertinente, visto que todos já foram, ou são avaliados, inúmeras vezes ao longo da vida. A curiosidade de saber quais os parâmetros e critérios que são utilizados na avaliação, suscitou o interesse por este tema, porque sempre se pretendeu saber como é que os responsáveis por esta problemática a realizavam.

Para quê?

Tentou-se, então aprofundar esta temática para que a curiosidade seja satisfeita sobre a avaliação realizada pelos orientadores de

monografia. Além do mais esta problemática está (e estará) nos temas de maior interesse para ser aprofundada, em futuros trabalhos.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

AVALIAÇÃO NORMATIVA

Com base nos resultados obtidos, pode-se supor que 66,7% dos orientadores ao compararem os alunos entre si tentam uniformizar as suas notas, reflectindo o desempenho de cada um nessas notas. Muitas vezes um indivíduo pode ter um desempenho muito satisfatório, mas se for colocado num contexto diferente o seu desempenho pode não ser assim tão bom. Assim, tudo se passa num determinado contexto e é em função dele que cada um tem de se adaptar à situação. Esta avaliação normativa levada a cabo pela maioria dos orientadores pode visar reflectir as diferenças entre os alunos, determinando a posição em relação aos outros alunos.

Este tipo de avaliação, não permite distinguir níveis de sucesso ou seja, sabe-se o que vale cada aluno em relação aos outros, mas não em relação aos critérios pré-estabelecidos. Assim, só há a indicação do valor de cada um em função dos outros alunos. Um aluno pode estar num grupo com dificuldades e portanto ele é dos melhores, mas se for integrado num grupo com mais capacidades, ele passaria para o fundo da escala³.

A maior parte dos orientadores compara os resultados dos seus alunos entre si, mas 72,2% dos orientadores não compara esses

resultados, com os resultados obtidos pelos alunos dos outros orientadores.

Como síntese da avaliação normativa, a maior parte dos orientadores realiza uma avaliação normativa entre os seus alunos, tentando uniformizar os resultados comparando-os entre os alunos que orientam. Mas quanto à avaliação normativa com alunos de outros orientadores, esta quase nunca é realizada, pois quer na segunda alínea, quer na terceira a maior parte das respostas foi negativa.

AVALIAÇÃO CRITERIAL

Na avaliação criterial, 100% dos orientadores podem ver a distância a que os alunos se encontram do padrão de aproveitamento pré-determinado. Assim, os orientadores têm como referência os critérios pré-definidos e a partir destes podem organizar todo o processo de ensino-aprendizagem com vista ao sucesso dos alunos, identificando as dificuldades muito mais facilmente.

Através desta avaliação os orientadores têm a exacta noção da distância que os alunos se encontram da “meta”. Analisando as dificuldades, os orientadores, juntamente com os alunos podem contornar as dificuldades e seguir o melhor “caminho” para atingir as competências a que se propuseram. É importante salientar que todos os alunos devem ter a noção exacta dos parâmetros definidos e dos critérios que estão a ser usados para que o processo se desenrole com naturalidade a fim de atingir as competências¹⁴.

AVALIAÇÃO MISTA

Como é natural não existe uma avaliação correcta, pois depende de

diversos factores: da população alvo, dos parâmetros e critérios de avaliação, da metodologia aplicada, estratégias, objectivos... mas neste estudo verifica-se que 61,1% dos orientadores realizam uma avaliação mista, com características da avaliação criterial e normativa.

Assim, a avaliação não será correcta nem errada, o que interessa é que a avaliação seja correctamente aplicada, tendo como base os diversos factores que a rodeiam.

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Em relação à avaliação diagnóstica, pode-se verificar que uma grande percentagem (38,9%) dos orientadores não realiza uma avaliação diagnóstica, o que não lhes permite aquilatar os pré-requisitos que o aluno possui para lhe “prescrever” a melhor metodologia de orientação de trabalho. Sem esta avaliação diagnóstica não há prognóstico de resultados, logo fica difícil definir estratégias para atingir estes resultados. Só através da avaliação diagnóstica é que o orientador pode começar o seu trabalho, verificando as aptidões e conhecimentos dos alunos. É neste momento, momento inicial de todo o processo ensino-aprendizagem, que os orientadores verificam os conhecimentos e dificuldades dos alunos, podendo, a partir deste processo começar o trabalho definindo objectivos, estratégias e metodologias de trabalho a seguir.

Assim, é comparando os níveis iniciais (diagnósticos) e finais (sumativos), que os orientadores podem verificar a evolução (ou regressão) dos alunos. É certo que a nota final nada deve ter a ver com essa evolução, pois os alunos devem ser avaliados pelo desempenho ao longo do processo¹¹.

AVALIAÇÃO FORMATIVA

A maioria dos orientadores (66,7%), confirmaram a ideia de³, que entende que é através da avaliação formativa que posteriormente se devem retirar as informações necessárias à classificação do aluno. A maioria dos professores usa as informações retiradas ao longo da avaliação formativa para mais tarde classificarem os seus alunos. Este momento de avaliação (formativo) é o que melhor traduz o desempenho do aluno, pois é através dele que todos os passos do processo ficam espelhados, contando para a sua classificação toda a competência/desempenho demonstrados ao longo do processo.

Todos os orientadores demonstram ter a noção que o seu *feedback* é essencial para que o aluno saiba como esta a correr o seu trabalho, sabendo o que está a fazer de bem (continuando) e o que está mal (alterando). A avaliação formativa é, também, neste caso, essencial para reconhecer “onde” e em “quê”, o aluno sente dificuldade, informando-o sobre o seu desempenho. A própria avaliação formativa serve de *feedback* para o aluno e para o professor⁷.

A esmagadora maioria dos orientadores (88,9%), realiza uma avaliação contínua. Não se pode falar em avaliação correcta nem incorrecta, mas certamente que a avaliação contínua, se correctamente levada a cabo é a mais indicada para este tipo de trabalhos monográficos. Com base em alguns autores³, pode-se confirmar esta ideia, pois se a avaliação for contínua, ao longo do processo formativo, as indicações tiradas para a classificação são o espelho do desempenho dos alunos, mostrando estes, aos professores quais as

etapas que transpôs no seu percurso de aprendizagem e as dificuldades que encontra. Assim, o professor pode-lhe indicar como se está a processar o seu trabalho e quais os obstáculos a ultrapassar. Se o orientador não se socorresse deste tipo de avaliação e verificasse apenas, no final da unidade, os alunos que tinham ou não aprendido, teria poucas possibilidades de refazer o caminho andado.

A esmagadora maioria dos orientadores, 88,9%, não realiza uma avaliação pontual. Esta avaliação é característica de exames ou concursos (não de trabalhos monográficos). Pode ainda haver outros momentos de avaliação pontual, como por exemplo nos casos em que a meio do processo ensino-aprendizagem há momentos de avaliação com o objectivo de aquilatar o nível dos alunos naquele momento¹⁴.

Longe vai o tempo em que se achava que o erro era prejudicial na aprendizagem, por vezes até era penalizado em vez de ser analisado. A avaliação e a identificação dos erros são fonte para novas aprendizagens, pois esta tem em conta o indivíduo³. Assim, no entender de 94,4% dos orientadores, o valor está no trabalho realizado, nos erros que são alterados com o objectivo de atingir a eficácia/mestria. É o erro, como componente do processo de ensino-aprendizagem que conduzirá ao desenvolvimento profissional, havendo uma estimulação para uma aprendizagem eficaz, produzindo ideias que possam ser usadas no aperfeiçoamento do trabalho. Esta análise dos erros é vital na aprendizagem dos alunos, pois só através da análise dos erros é possível atingir os melhores resultados⁴. Praticamente todos os orientadores (94,4%), colocam questões aos

alunos com o intuito de aquilatar, precisamente o que sabem e quais as dificuldades e dúvidas que têm. Se o orientador questionar o aluno pode perceber se o que ele interpretou está realmente correcto ou não. O questionamento também pode servir de meio de avaliação. O orientador pode questionar para avaliar, ou seja, fazer uma questão acerca de um conteúdo do trabalho do aluno e tirar indicações para a sua avaliação.

Com as informações recolhidas por estes estudo, verifica-se que há uma concordância geral englobando todos os orientadores, pois todos dão opinião/informações sobre o que o aluno deve fazer a seguir. Com a experiência e informação dos orientadores, os alunos sabem o que têm que fazer a seguir. A avaliação formativa ajuda o aluno a aprender e o professor a ensinar¹⁴. Assim, há uma troca de vivências e experiências entre os dois. As informações fornecidas aos alunos devem ser claras e organizadas para que o ensino seja orientado e promova o sucesso de todos. As indicações dos orientadores podem evitar muitos erros o trabalho dos alunos, havendo uma maior probabilidade do desempenho do aluno atingir o sucesso mais rapidamente. A maioria dos orientadores (88,9%), demonstram preferir os alunos autónomos, alunos com iniciativa, criativos para a execução do seu trabalho. Ser autónomo não quer necessariamente dizer que não siga as indicações do orientador, pois um aluno pode ser autónomo depois de ter tido indicações sobre o que fazer a seguir.

É, então importante conciliar as duas realidades, ser-se autónomo e criativo, confrontando depois o trabalho realizado com as ideias do orientador, e/ou o contrário,

receber as informações do orientador e depois ser autónomo na continuação do trabalho. Assim, o orientador deve “orientar” dando as linhas mestras do trabalho, sem “fazer o trabalho todo” ao aluno que orienta.

EXPLICITAÇÃO DO PROCESSO DE CÁLCULO DA AVALIAÇÃO FINAL

Na planificação inicial da avaliação cada orientador deve estabelecer quais os parâmetros que vão ser avaliados (o quê) e os critérios (como), o que não acontece, pois 66,7% dos orientadores responderam negativamente. Assim, devem igualmente ser seleccionados os objectivos a serem avaliados e a ponderação que cada objectivo vai ter na nota final do aluno. Os resultados obtidos contrariam as ideias de¹², pois os alunos, como objectos de avaliação têm que ter o conhecimento do processo de cálculo a que vão ser submetidos, pois só assim podem estruturar o seu trabalho e focalizar as suas atenções para os aspectos que são realmente importante e que vão ser avaliados.

PONDERAÇÃO DE CADA ETAPA DA MONOGRAFIA NA NOTA FINAL

No que à parte conceptual diz respeito, a maior parte dos orientadores dá uma importância de 40% a 49%. Isto quer dizer que quase metade dos orientadores (44,4%) considera que praticamente metade da nota final da monografia é a parte conceptual. Esta parte conceptual prende-se com a revisão bibliográfica, onde são apresentados os principais trabalhos acerca da temática a desenvolver.

Em relação à parte metodológica, a maior parte dos orientadores dá uma importância de 40% a 49%. Isto quer dizer que mais de metade dos orientadores (55,6%) considera

que praticamente metade da nota final da monografia é a parte metodológica. Esta parte metodológica prende-se com a metodologia englobando a caracterização da amostra, instrumentos utilizados, análise estatística, hipóteses e a apresentação e discussão dos resultados.

Por último existe a apresentação. A maior parte dos orientadores atribui-lhe uma importância de 20% a 29%. Isto quer dizer que metade dos orientadores (50%) considera que a apresentação conta entre 20% a 29% da nota final da monografia.

Este é o momento em que os alunos defendem o seu trabalho monográfico perante um júri, que confere os seus conhecimentos. Se é certo que qualquer aluno pode ter uma grande monografia escrita e na apresentação as coisas não lhe correm bem, também é certo que muitas vezes os alunos têm uma monografia normal, mas na defesa sobressaem-se e conseguem surpreender pela qualidade da sua defesa.

REFLEXÃO DURANTE O ANO LECTIVO

Uma grande maioria dos orientadores (83,3%), faz uma reflexão durante o processo ensino-aprendizagem, com o objectivo de melhorar o seu desempenho. A avaliação deve ser dirigida ao desenvolvimento profissional havendo uma reflexão sobre a prática, para tentar melhorar o desempenho de cada um, usando para isso experiência profissional que neste caso os orientadores possuem. Esta avaliação deve ser efectuada ao longo da avaliação formativa, ou seja ao longo de todo o processo, tentando para tal identificar os erros logo no momento em que eles acontecem para as acções serem alteradas e melhoradas.

REFLEXÃO NO FINAL DO ANO LECTIVO

Uma grande percentagem dos orientadores (88,9%), demonstram ter a noção de que o seu desenvolvimento profissional pode ser conseguido após a sua prática pedagógica sobre os alunos. Para alcançarem a tão desejada eficácia pedagógica os orientadores analisam os aspectos menos positivos do processo e tentam fazer as alterações necessárias para o sucesso. Esta introspecção feita no final do ano lectivo pode ser feita verificando se os objectivos foram ou não alcançados, tentando identificar as causas do (in)sucesso. O importante é que cada professor faça uma introspecção do seu desempenho e das estratégias usadas para que as acções que tome no próximo ano sejam as mais correctas possíveis, ficando assim mais próximo da mestria^{13,14}.

AVALIAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO

Através da análise dos resultados efectuada, verifica-se que a maioria dos orientadores (72,2%), sabe distinguir avaliação de classificação, ou pelo menos entende que avaliar e classificar não é a mesma coisa. Em alguns casos os orientadores limitam-se a dar uma nota pelo trabalho final dos alunos, quando deveriam ser seus orientadores ao longo do ano e premiar o esforço deste longo trabalho. Assim, pode-se dizer que classificar é traduzir numa escala de valores o resultado da avaliação². A maioria dos orientadores sabe desta distinção, se calhar é devido a este conhecimento que a maioria das respostas foi negativa. No entanto a percentagem que respondeu afirmativamente vai contra as ideias de¹¹, que diz que a avaliação corresponde à análise das aprendizagens conse-

guidas face às planeadas, traduzindo-se numa descrição que informa os professores e alunos sobre os objectivos atingidos e aqueles onde se levantam dificuldades.

AUTO-AVALIAÇÃO

Os resultados apresentados evidenciam uma tendência muito grande por parte dos orientadores para a realização de uma auto-avaliação aos seus alunos. A importância da auto-avaliação é muito grande para 77,8% dos orientadores, pois ela tem que estar presente no carácter formativo do processo ensino-aprendizagem. A auto-avaliação é importantíssima na regulação do processo ensino-aprendizagem. A auto-avaliação permite aos alunos que estão a realizar as monografias uma identificação dos erros de percurso cometidos e ajuda na procura de soluções alternativas¹⁴. A auto-avaliação que os orientadores realizam é, em 78,6%, em relação ao desempenho que os alunos tiveram ao longo do trabalho. Assim, os alunos devem manifestar a nota que espelhe o trabalho que realizaram, permitindo assim ao orientador verificar onde é que o aluno acha que cometeu mais erros ao longo do processo ensino-aprendizagem.

EXPLICITAÇÃO DE PARÂMETROS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A maioria dos orientadores (61,1%), não explica aos alunos que orienta quais os parâmetros, critérios, tipo e objectivos de avaliação a que vão ser sujeitos. No início do ano os alunos não sabem o que terão que fazer no seu trabalho monográfico, mas sabem que querem tirar a melhor nota possível. A sua orientação tem que se fazer em termos de conteúdos e objectivos a atingir, mas o ensino tem que ser guiado.

Se os orientadores não indicarem aos seus alunos o que têm que fazer para terem uma boa nota, ser-lhes-á muito difícil cumprir todos os parâmetros, pois nem sequer os sabem. Assim, é de vital importância explicitar aos alunos o que se vai avaliar (parâmetros) e como se vai avaliar (critérios).

Assim, os alunos já sabem que competências têm que ter no final do trabalho para atingirem uma boa nota. É também muito importante saberem que tipo de avaliação o orientador vai efectuar, pois assim sabem como vão ser avaliados, criterialmente, normativamente, ou através de uma avaliação mista. Os alunos também devem ser informados sobre os momentos de avaliação (avaliação diagnóstica, formativa ou sumativa). Por último os objectivos, (a meta) que o aluno tem que alcançar também têm de ser definidos.

ORIENTAÇÃO NUMA SÓ ÁREA OU INTERACÇÃO COM OUTRAS ÁREAS

Normalmente, são os alunos a abordarem os orientadores de modo a que estes orientem o seu trabalho monográfico. Como é natural, os alunos escolhem os orientadores que estejam especializados na área da sua monografia. Mas, por vezes, pode acontecer que os orientadores desenvolvem um trabalho em áreas que não sejam as suas. É o caso de 55,6% dos orientadores. Esta interacção com outras áreas é, por vezes, normal, pois é difícil definir onde acaba uma área e começa a outra.

AVALIAÇÃO EM FUNÇÃO DO TEMPO DISPENSADO AOS ALUNOS

O esforço que cada orientador faz para avaliar os seus alunos da melhor maneira possível é reconhecido. Mas os resultados obtidos,

mostram que há falta de tempo por parte dos orientadores para dispensar aos seus alunos. Uma percentagem de 55,6% dos orientadores entende que faria uma melhor avaliação se tivesse mais tempo para cada aluno, como aconselha a bibliografia consultada, pois é com a experiência dos orientadores que os alunos podem vir a desenvolver os seus conhecimentos. Há necessidade dos professores estarem constantemente em contacto com os alunos para a necessária recolha de informações sobre o desempenho dos alunos⁵.

HORAS SEMANAIS DISPENSADAS A CADA ALUNO

A realidade estudada denota que nenhum orientador dispensa mais de três horas semanais a cada aluno que orienta, mais uma evidência sobre a falta de tempo de que dispõem. É importante salientar dois aspectos. O primeiro é que por norma os orientadores têm vários alunos a seu cargo por ano, logo é impossível que tivessem muito tempo para cada um deles. Uma agravante será o facto de cada orientador ter mais actividades, como a leccionação das aulas e a orientação de teses de mestrado e doutoramento. O outro aspecto é que os orientadores responderam a esta pergunta fazendo uma média de todo o ano, ou seja há alturas em que estão menos tempo com os alunos e no final do ano, mais perto da conclusão da monografia estão mais tempo com os alunos que orientam. No entanto, a maioria das respostas denotam pouco tempo dispensado a cada aluno. Para tal, seria oportuno arranjar algumas soluções para evitar tão pouco contacto com os alunos: como haver mais professores a orientar monografias,

menos alunos por professor, ou mesmo professores com menos actividades, que ficariam quase exclusivamente ligados à orientação de monografias.

MANIFESTAÇÃO DA OPINIÃO DOS ALUNOS

Os resultados evidenciam uma tendência muito grande por parte de 88,9% dos orientadores para ouvirem a opinião dos alunos sobre o trabalho que realizaram ao longo do ano. Todos os docentes devem estar em constante avaliação do seu desempenho¹. Para tal não há ninguém melhor do que os alunos, que estiveram todo o ano a trabalhar em parceria com eles. É por este motivo que os orientadores permitem aos alunos o *feedback* sobre o seu desempenho.

Todos os orientadores acham importante ouvir a opinião dos alunos, com vista a melhorarem cada vez mais os seus desempenhos. Só ouvindo a opinião dos alunos, os orientadores podem avaliar o seu próprio trabalho, verificando se as metodologias e decisões que estão a utilizar são as mais correctas. Trata-se de uma introspecção, uma auto-avaliação com base nas indicações que os alunos deram sobre o desempenho dos orientadores¹.

AVALIAÇÃO SUMATIVA/SOMATIVA

Existe uma tendência muito grande por parte dos orientadores para realizarem uma avaliação sumativa (72,2%), ou seja para fazer uma súmula do trabalho realizado, avaliando assim os alunos. Por outro lado, em 16,7% das opiniões, a avaliação somativa permite conhecer as diferentes fases do trabalho realizado, verificando onde é que os alunos têm mais dificuldades, permitindo assim aperfeiçoar processos futuros.

A maior condicionante da avaliação sumativa é que, avaliar os alunos através do seu resultado final não representa o trabalho que desenvolveram ao longo do ano. Os alunos devem ter a sua nota em função do que fizeram durante todo o ano, pois há fases de maior e menor índice de trabalho. Como foi reportado ao longo deste trabalho, a nota dos alunos deve valorizar o trabalho contínuo, não representando somente o trabalho final. O desempenho do aluno deve ser o mais importante, pois o aluno encontrou-se todo o ano numa situação de aprendizagem e são essas competências que adquiriu que é preciso valorizar^{3,14,6}.

Partindo destas ideias, é mais fiável, a todos os níveis a avaliação somativa do que a avaliação sumativa, sendo naturalmente mais difícil de realizar, mas a justiça é muito maior. Como tal, é importante contrariar estes resultados, pois a avaliação não deve ser somente uma súmula do trabalho realizado, mas sim, uma valorização do trabalho contínuo que demonstra o desempenho do aluno através do somatório do trabalho realizado.

A avaliação somativa realizada pelos orientadores serve para conhecer o que os alunos foram fazendo ao longo do ano e é realizada numa perspectiva de se aperfeiçoarem processos futuros.

Apenas uma pequena quantidade de orientadores (16,7%), indicou que realiza uma avaliação somativa, sendo esta a mais indicada, como já foi visto na bibliografia analisada. Assim,¹², contraria um pouco a maioria dos orientadores que realizam avaliação sumativa (72,2%), ajudando a entender os que optam pela somativa. O autor diz que a avaliação somativa pretende ajuizar do progresso realizado pelo aluno

no final de uma unidade de aprendizagem, no sentido de aferir resultados já recolhidos pela avaliação formativa e obter indicadores que permitam aperfeiçoar um futuro processo de ensino. A avaliação somativa corresponde, então a um balanço final, permitindo ter uma visão do conjunto que foi o processo ensino-aprendizagem. É ainda possível aquilatar quais os resultados da aprendizagem, assim como verificar quais as correcções que é possível fazer para futuros processos de ensino.

AVALIAÇÃO NOS CURSOS VIA ENSINO

Os resultados obtidos neste estudo evidenciam uma tendência muito grande por parte dos orientadores para acharem que a formação dos alunos de cursos via ensino (futuros professores), deveria valorizar mais a formação na área da avaliação; no entender de 66,7% dos orientadores.

A maior parte dos orientadores (58,3%) entende que a formação dos alunos de cursos via ensino (futuros professores de Educação Física neste caso), deve valorizar mais a formação na área da avaliação, pois é importante saber avaliar correctamente os alunos.

Outra percentagem de orientadores (16,7%) justificou a importância da formação na área da avaliação, pois quanto mais experiência tem um avaliador, à partida, menor será a quantidade de erro que vai ter a sua avaliação.

Cerca de um terço dos orientadores (33,3%) entende que a formação dos alunos de cursos via ensino, deveria valorizar mais a formação na área da avaliação, pois isso provoca uma melhoria do ensino. Naturalmente, quanto mais bem

preparados estiverem os professores para avaliar, maior será o sucesso dos alunos.

Para 8,3% dos orientadores, a formação dos alunos (futuros professores) proporciona-lhes uma aprendizagem de novas estratégias e instrumentos de avaliação que vão poder aplicar nos seus alunos.

Por último existem 25% dos orientadores que entendem que não há cadeiras que ensinem a avaliar. Para tal é preciso contrariar uma lacuna que estes orientadores entendem existir no curso. Trata-se da falta de disciplinas que ensinem a avaliar. Não existe nenhuma disciplina de avaliação, que se preocupe só com esta temática e que ensine os futuros professores a avaliar. Existia unicamente uma cadeira (Didáctica) que tinha no seu programa a matéria de avaliação, mas embora seja muito importante, é manifestamente insuficiente. Uma agravante a toda esta escassez é que esta disciplina foi retirada do currículo.

Cerca de 40% dos orientadores entendem que a formação dos cursos via ensino já valorizam suficientemente a formação na área da avaliação, estando o actual modelo correcto, contrariando, como foi visto na análise anterior, que não há nenhuma cadeira que fale exclusivamente de avaliação.

Por outro lado, a mesma percentagem (40%) dos orientadores entende que a formação dos futuros professores não necessita de focar tanto a avaliação, pois o mais importante é a experiência prática no mercado de trabalho. No entanto é preciso ter em conta que no estágio pedagógico e nos primeiros anos de ensino os professores podem cometer alguns erros em relação à avaliação.

CONCLUSÃO

Um ensino sem objectivos seria um ensino “cego” e ao acaso, sem avaliação seria um ensino pouco empenhado na melhoria da qualidade da educação. O que interessa não será tanto o alcançar de resultados, mas também, e a maior parte das vezes, os processos que se percorrem. É necessário dar-se mais importância aos objectivos do processo para visar o sucesso do ensino¹².

Pode-se, agora, no final do trabalho e com base nos resultados obtidos afirmar que:

1. Existem diferenças no tipo de avaliação que os orientadores realizam em relação aos seus colegas docentes, não havendo uma uniformidade de critérios, nem mesmo de parâmetros de avaliação.
2. Em relação à segunda hipótese levantada no início do trabalho pode-se, com base nos resultados obtidos afirmar que os orientadores realizam uma avaliação criterial, no entanto a grande maioria não explica aos alunos quais são esses critérios, não havendo, por parte dos alunos, um conhecimento do que têm que fazer para atingir o objectivo final, a eficácia pedagógica.
3. Em relação à avaliação contínua, pode-se, com base nos resultados obtidos afirmar que praticamente todos os orientadores realizam uma avaliação contínua, tirando ilações ao longo do processo formativo para a futura classificação dos alunos.
4. Por último, em relação à quarta hipótese, a avaliação levada a cabo pelos orientadores tem características de uma avaliação formativa, pois a maior parte das alíneas correspondentes à avaliação formativa foi respondida afirmativamente.

A eficácia de ensino acima referida prende-se com a melhoria do processo ensino-aprendizagem. Para tal é necessário ter em conta alguns aspectos, como:

- Definir objectivos;
- Treinar as destrezas para atingir esses objectivos (tarefa do aluno);
- Controlar, avaliar e orientar o processo (tarefa do orientador, com base na avaliação formativa);
- No final do processo, verificar quais os objectivos atingidos, comparando-os com os pretendidos (tarefa do orientador, com base na avaliação sumativa);
- Classificar os alunos, com base no seu desempenho (tarefa do orientador, com base nas avaliações formativa e sumativa).

Para que algo seja avaliado como bom, é preciso estabelecer previamente critérios e constatar se o processo se desenrola de acordo com esses critérios. Neste sentido, os critérios de avaliação são as normas que servem de pontos de referência para tornar possível a qualificação do que é proposto avaliar. Naturalmente têm de ser conhecidos pelo objecto de avaliação (neste caso os alunos que estão a realizar a monografia).

Um último aspecto a referenciar é formação dos futuros professores acerca desta temática da avaliação. Uma parte substancial dos orientadores entende que não há cadeiras que ensinem a avaliar. Uma percentagem ainda maior acredita que quanto melhor for a formação sobre avaliação, maior sucesso terão os alunos, logo há uma melhoria do ensino. Mas a maioria dos orientadores entende que é importante saber avaliar correctamente, tendo para isso que haver formação por parte dos futuros professores.

CORRESPONDÊNCIA

Francisco Gonçalves
Travessa Comendador Seabra
da Silva, n.º 226
3720-297 Oliveira de Azeméis
E-mail: franciscojmg@gmail.com
xicoze7@hotmail.com
Tlms: 917 668 858
966 833 562
Tlf: 256 285 335

REFERÊNCIAS

1. Afonso A & Estêvão C (1993). Aspectos da Avaliação Pedagógica na Perspectiva de Professores dos Ensinos Público e Privado. In *Avaliação em Educação* (pp. 63-69). Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade de Lisboa.
2. Aranha Á (1993). Orientação de Estágios Pedagógicos: Avaliação Formativa Versus Avaliação Somativa. *Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física*, n.º 7/8, pp. 157-165.
3. Aranha Á (2004). *Organização, Planeamento e Avaliação em Educação Física*. Vila Real: Série Didáctica das Ciências Sociais e Humanas n.º 47, UTAD.
4. Arénilla L et al. (2000). Avaliação. In *Dicionário de Pedagogia* (pp. 46-49, 426-429, 446-448). (s.l.). Atlas e Dicionários – Instituto Piaget.
5. Bloom B (1981). As Diferenças Individuais nos Alunos e a Aprendizagem. In *Características Humanas e Aprendizagem Escolar* (pp. 2-17). Rio de Janeiro: Editora Globo.
6. Dias L & Rosado A (2003). A Avaliação Formativa em Educação Física. In *Pedagogia do Desporto – Estudos 7* (pp. 73-99). Lisboa: FMH Edições – Ciências Desporto.
7. Landsheere G (1979). *Avaliação Contínua e Exames – Noções de Docimologia*. Coimbra: Livraria Almedina.
8. Lemos V et al. (1998). Avaliação Formativa e Avaliação Sumativa. In *A Nova Avaliação da Aprendizagem* (pp. 26-32). Lisboa: Texto Editora.
9. Noizet G & Caverni J (1985). *Psicologia da Avaliação Escolar*. Coimbra: Editora Limitada.
10. Ribeiro A (1997). *Formar Professores*. Lisboa: Texto Editora.
11. Ribeiro A & Ribeiro L (1990). Tipos de Avaliação. In *Planificação e Avaliação do Ensino-Aprendizagem* (pp. 333-374). Lisboa: Universidade Aberta.
12. Ribeiro L (1999). *Avaliação da Aprendizagem*. Lisboa: Texto Editora.
13. Rodrigues P et al. (1993). A Relação da Avaliação com a Autonomia do Professor. In *Avaliações em Educação: Novas Perspectivas* (pp. 99-112). Porto: Porto Editora – Colecção Ciências da Educação.
14. Rosado A & Colaço C (2002). *Avaliação das Aprendizagens*. Lisboa: Omniserviços.